

## O COORDENADOR PEDAGÓGICO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO PROFESSOR JUNTO A ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL

Marcos Campos de MENEZES<sup>1</sup>

Thaís Coutinho de Souza SILVA<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo traz uma reflexão a respeito das práticas pedagógicas desenvolvidas com alunos que possuem deficiência intelectual, a partir de um apoio significativo por parte do Coordenador Pedagógico ao professor regente. Desse modo, o estudo teve como objetivo primordial estudar, analisar e descrever em quais aspectos o Coordenador Pedagógico pode colaborar para que o professor regente tenha uma prática pedagógica satisfatória junto aos alunos deficientes intelectuais. De maneira particular, teve-se a intenção de verificar o cenário atual das ações pedagógicas desenvolvidas na sala de aula regular e a descoberta por parte do professor regente das potencialidades do aluno com deficiência intelectual, bem como, discutir a importância da formação continuada para este profissional. Para tanto, é possível constatar a relevância desta pesquisa ao considerar que a atuação do coordenador pedagógico como agente de inclusão dentro do ambiente escolar pode potencializar a escolarização de alunos com deficiência intelectual. Nesse sentido, o estudo em sua completude apresenta uma discussão

---

<sup>1</sup> Especialista em Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Uberlândia – (UFU). [marcosinclusao@gmail.com](mailto:marcosinclusao@gmail.com).

<sup>2</sup> Doutoranda em Educação no curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Uberlândia na linha de Pesquisa em Saberes e Práticas Educativas. [thaiscoutinhoss@yahoo.com.br](mailto:thaiscoutinhoss@yahoo.com.br).

crítica que analisa satisfatoriamente a práxis pedagógica desse profissional com intuito de contribuir para o processo de inclusão educacional desde a escola, na sala e no social. Para desenvolver tais considerações, esse artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica nas obras de diversos autores que discutem a temática.

**Palavras-chave:** Prática Pedagógica, Deficiência Intelectual, Coordenador Pedagógico na Inclusão.

**Abstract:** This article presents a reflection about the pedagogical practices developed with students who have intellectual deficiency, from a significant support by the Pedagogical Coordinator to the regent teacher. Thus, the main objective of the study was to study, analyze and describe in which aspects the Pedagogical Coordinator can collaborate so that the regent teacher has a satisfactory pedagogical practice among the students with intellectual deficits. In particular, it was intended to verify the current scenario of the pedagogical actions developed in the regular classroom and the discovery by the teacher regent of the potential of the student with intellectual disability, as well as to discuss the importance of continuing education for this professional. Therefore, it is possible to verify the relevance of this research when considering that the performance of the pedagogical coordinator as an agent of inclusion within the school environment can potentiate the schooling of students with intellectual disabilities. In this sense, the study in its completeness presents a critical discussion that satisfactorily analyzes the pedagogical praxis of this professional in order to contribute to the process of educational inclusion from school, in the classroom and in the social. In order to develop such considerations, this article was elaborated from a bibliographical research in the works of several authors who discuss the theme.

Key words: Pedagogical Practice, Intellectual Disability, Pedagogical Coordinator in Inclusion.

## **1.INTRODUÇÃO**

A matrícula de pessoas com deficiência nas escolas regulares está cada vez maior devido à consciência de seus direitos respaldados pela legislação brasileira, a escola inclusiva deve ser uma instituição que concebe uma posição de “educação para todos”, pois todos os seres humanos, sem distinção, têm igualdade de direitos, como rege a carta magna Brasileira.

Desse modo, este artigo apresenta um estudo acerca das práticas pedagógicas construídas pelo professor regente junto aos alunos com deficiência intelectual, que frequentam o Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino da cidade de Caldas Novas, a partir do suporte oferecido pelo Coordenador Pedagógico. Para realizar esta pesquisa buscou-se solucionar o seguinte problema: Em quais aspectos o Coordenador Pedagógico pode colaborar para uma prática pedagógica em que o docente possa trabalhar de maneira satisfatória e significativa com os alunos que possuem deficiência intelectual?

Com base na questão exposta acima teve-se como objetivo principal, estudar, analisar e descrever como o Coordenador Pedagógico pode contribuir para que o professor regente tenha uma prática pedagógica significativa junto aos alunos deficientes intelectuais. E de modo específico, analisar o panorama atual das ações pedagógicas desenvolvidas na sala de aula regular e a descoberta por parte do professor regente das capacidades e potencialidades do aluno com deficiência intelectual, bem como, discutir a importância da formação continuada para que o docente tenha uma maior reflexão e melhor aceitação da inclusão de crianças com deficiência intelectual na sala regular, com foco nas habilidades de aprendizagem do respectivo aluno.

Estudar a deficiência intelectual vem de encontro aos anseios de muitos coordenadores e professores, que demonstram muita dificuldade na inclusão de alunos com deficiência intelectual na sala de aula regular, e ainda, evidenciam escassez de conhecimento por falta de formação específica na área de atuação. Sendo assim, esse estudo se justifica por possibilitar um olhar diferenciado para a educação de alunos com deficiência intelectual e, também, por permitir o esclarecimento de algumas dúvidas que pairam sobre os professores que, muitas vezes, se recusam a receber esses alunos em suas salas de aula devido a falta de (in)formação.

Para tanto, optou-se por fazer uma pesquisa bibliográfica, na busca por esclarecer as peculiaridades em torno da deficiência intelectual. A pesquisa realizada é de natureza descritiva analítica e propõe esclarecer as ações do Coordenador Pedagógico diante do processo de inclusão de pessoas com deficiência intelectual.

## **2 DESENVOLVIMENTO**

### **2.1 Conceitos sobre a Deficiência Intelectual**

A deficiência intelectual é vista como uma incapacidade caracterizada por uma limitação significativa no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, expressa em habilidades conceituais, sociais e práticas. Neste aspecto, a deficiência intelectual é um dos maiores desafios para a escola, uma vez que o ensino regular não repensa as suas práticas pedagógicas e nem se organiza para receber todas as diferenças existentes em seu contexto.

Sobre essa definição, aponta Gomes (2007) que:

A deficiência intelectual constitui um impasse para o ensino na escola comum e para definição do Atendimento Educacional Especializado, pela complexidade do seu conceito e pela grande quantidade e variedades de abordagens do mesmo (GOMES et al., 2007, p.14).

Existe ainda uma dificuldade para diagnosticar a deficiência intelectual. Entretanto, utiliza-se como referência para essa avaliação com maior relevância o grau de deficiência e os prejuízos no comportamento adaptativo, e com menos valor a medida do QI, conforme afirma Gomes e outros (2007). O comportamento adaptativo é um conjunto de habilidades conceituais, sociais e práticas que os indivíduos devem aprender para sua vida cotidiana necessitando de suportes individualizados. Limitações significativas nesses comportamentos afetam a capacidade do indivíduo em responder a situações específicas ou ao ambiente. Os suportes são concernentes às estratégias individuais necessárias para promover o desenvolvimento, educação, interesses e bem-estar do indivíduo com deficiência intelectual, propiciando-lhe auto estima e inclusão social.

Nesse contexto, Mantoan (2005, p. 24-25) afirma que “inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção”.

De acordo com Gomes (2007), o diagnóstico da deficiência intelectual não se explica e nem será determinado por supostas

categorias e/ou tipos de inteligência. As diferentes teorias psicológicas desenvolvimentistas, como as de caráter sociológico, antropológico têm posições assumidas diante desta deficiência, o que muito afeta o entendimento da deficiência intelectual em um sentido mais amplo.

A Psicanálise, por exemplo, traz à tona a dimensão do inconsciente, uma importante contribuição que introduz os processos psíquicos na determinação de diversas patologias, entre as quais a deficiência mental. A inibição, desenvolvida por Freud, pode ser definida pela limitação de determinadas atividades, causada por um bloqueio de algumas funções, como o pensamento, por exemplo. A debilidade, para Lacan, define uma maneira particular de o sujeito lidar com o saber, podendo ser natural ao sujeito, por caracterizar um mal-estar fundamental em relação ao saber, ou seja, todos nós temos algo que não conseguimos ou não queremos saber. Mas também define a debilidade como uma patologia, quando o sujeito se fixa numa posição débil, de total recusa de apropriação do saber (GOMES et al., 2007, p.14).

Além de todos os conceitos apresentados, existe uma dificuldade para se estabelecer um diagnóstico propriamente dito, fechado e que rotula a pessoa, ou mesmo, um conceito pronto e acabado. A deficiência intelectual não se esgota na sua condição orgânica e/ou intelectual e precisa ser pensada, repensada e definida por diferentes saberes. É preciso proporcionar uma avaliação detalhada do indivíduo e dos apoios de que ele necessita, permitindo

analisar todas as áreas em que se podem existir necessidades e habilidades, para então, providenciar a intervenção, que pode ser diferenciada para cada caso específico.

## **2.1. Um olhar para o aluno com deficiência intelectual na escola regular e o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado**

No espaço escolar, a criança e o jovem têm oportunidades de vivenciar novas experiências e trocas nas interações que estabelecem com seus pares e/ou com as demais pessoas ali inseridas o que lhe propicia uma socialização. Sendo assim, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação fica definido que:

Como proposta ao atendimento dos alunos com deficiências (física, visual, intelectual e surdez), Transtorno Global do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação - TGD, preferencialmente na escola regular com o intuito de ampliar o conhecimento auxiliando a sala comum. Considerando o público alvo da Educação Especial, temos os alunos com deficiência intelectual que será o foco de pesquisa (BRASIL, 2008, s/p).

Os alunos com deficiência intelectual são seres humanos capazes e que têm muitas potencialidades, são pessoas socialmente constituídas e que como qualquer outra possui direitos iguais a todos. Portanto, têm resguardado o seu direito de estar em uma escola de ensino regular. Cabe assim, ao conjunto de profissionais que atuam nesse espaço, a tarefa de levar esses alunos a participarem ativamente do meio escolar, de acordo com as suas possibilidades, não dando enfoque somente a aquisição da leitura e da escrita, mas inserindo esse sujeito na prática social e cultural, de modo a garantir sua permanência e sucesso no ambiente educacional.

Os alunos com deficiência intelectual precisam de professores que valorizem o seu processo de aprendizagem, mesmo que sejam pequenos avanços, é necessário que o docente aposte e dê ênfase para cada evolução alcançada, tendo como enfoque sempre as suas habilidades e potencialidades.

A presença de alunos com deficiência intelectual em escolas regulares já é uma grande conquista para eles, pois permite compartilhar experiências educacionais significativas, que vão influenciar o desenvolvimento tanto dos alunos com deficiência, quanto dos alunos com desenvolvimento natural, através de espaços estimuladores e diferentes formas de aprendizagem.

Nesse contexto, a escola e os professores devem se preparar para receber o aluno que possui deficiência intelectual, não só nos aspectos da estrutura física do espaço escolar, como também, na parte pedagógica e no desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico (PPP), que deverá destacar a necessidade da adaptação da escola e dos profissionais para receber os alunos com deficiência intelectual. Sendo com o grande papel o Coordenador Pedagógico direcionar aos Professores Regentes o novo olhar para a inclusão de pessoas com deficiência, demonstrando que há evolução quando existe pesquisa e estudo. Essa atuação do Coordenador Pedagógico condiciona e dá a certeza que é possível que alunos com deficiência intelectual e outras ampliem seus conhecimentos e evolua didaticamente. Ressaltando que cada um tem seu tempo para absorver o conhecimento oferecido e demonstra-lo aos professores.

Para a escola regular, cumprir o seu objetivo de ensinar, de levar o aluno a aprender o conteúdo curricular e construir o seu conhecimento é um desafio muito grande quando se trata do aluno com deficiência intelectual. Isso porque, entende-se que esse educando possui sua própria maneira de lidar com o conhecimento, ou seja, sua aprendizagem acontece de forma diferenciada daquela que a escola regular está acostumada a produzir com os demais alunos.

Por ser uma deficiência que, na maioria dos casos, assusta muito os professores, é comum que em um primeiro momento haja um bloqueio e uma apreensão por parte desse profissional, que passa a se questionar o tempo todo sobre: “O que eles sabem?”; “O que irei ensinar?”; “Como fazer?”. Nessa perspectiva, se o professor não for um profissional que tenha vontade de aprender e de ensinar, o aluno ficará, provavelmente, isolado dos demais. Contudo, se o professor realmente tiver uma preocupação e um cuidado com a aprendizagem de todos da turma, irá procurar meios e recursos para trabalhar com esse aluno, lhe oferecendo uma condição favorável para que o aprendizado flua e para que haja uma interação significativa.

O aluno com deficiência intelectual não constrói o seu conhecimento como os demais e não demonstra sua capacidade cognitiva de acordo com os padrões estabelecidos como normais e adequados. Por essa razão, as escolas devem se reorganizar para atender a todos os alunos, indistintamente, com a adequação das atividades propostas, da forma de avaliação e promovendo a qualificação dos profissionais para que a inclusão ocorra de fato nas salas de aula.

Sobre o ato de ensinar, Gomes (2007) afirma que:

Ensinar é um ato coletivo, no qual o professor disponibiliza a todos os alunos, sem exceção, um mesmo conhecimento. Ao invés de adaptar e individualizar/ diferenciar o ensino para alguns, a escola comum precisa recriar suas práticas, mudar suas concepções, rever seu papel, sempre reconhecendo e valorizando as diferenças. As práticas escolares que permitem ao aluno aprender e ter reconhecidos e valorizados os conhecimentos que é capaz de produzir, segundo suas possibilidades, são próprias de um ensino escolar que se distingue pela diversificação de atividades. O professor, na perspectiva da educação inclusiva, não ministra um “ensino diversificado” e para alguns. Ele prepara atividades diversas para seus alunos (com e sem deficiência mental) ao trabalhar um mesmo conteúdo curricular. Essas atividades não são graduadas para atender a níveis diferentes de compreensão e estão disponíveis na sala de aula para que os alunos as escolham livremente, de acordo com seus interesses (GOMES et al., 2007, p.17-18).

Modificar o pensamento discriminatório das pessoas é algo muito difícil, porém não impossível. É preciso mudar, fazer inovações onde professores e alunos possam aprender juntos com mútua cooperação. Segundo Gomes e outros (2007) para se trabalhar de forma inclusiva é fundamental que todos os funcionários da escola estejam envolvidos nesse processo, para que esses alunos se sintam incluídos e parte integrante da escola.

O aluno deverá ser exposto a diversas formas de avaliação, sejam elas, oral, visual, de raciocínio lógico matemático e cognitivo

para verificar a relação que estabelece com o conhecimento. Esse estudo permitirá ao professor reconhecer a melhor maneira de atingir o aluno e despertar seu interesse e atenção, ou seja, levá-lo a uma aprendizagem significativa na sala regular de ensino.

Segundo Luckesi (2011) a aprendizagem depende da relação educador-educando, ou seja, essa relação deve ser construída dia a dia como um laço emocional que retrate confiança e auxílio diante da proposta pedagógica. Para quem exerce o papel de orientação da avaliação do desempenho e do que foi oferecido deve ter clareza na proposta e principalmente do aluno com deficiência intelectual onde a avaliação deve ser adaptada e direcionada não apenas o pedagógico e sim na avaliação da evolução do educando na escola.

A escola regular que assume a perspectiva da inclusão necessita de muitas mudanças, uma delas é reconhecer a diferença dos seus alunos diante do processo educativo e a sua forma de construção de conhecimento. A escola não necessita somente de uma mudança da parte prática, mas também precisa modificar a parte física da escola para receber os alunos com deficiência e, principalmente, uma mudança por parte dos profissionais.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento

segundo suas capacidades, expressam suas ideias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas (ROPOLI et al., 2010, p.8-9).

O projeto político pedagógico é o melhor instrumento para que possa se desenvolver um plano de trabalho que atenda todos os alunos de maneira global, sendo eles com deficiência ou não. É necessário repensar e estudar formas capazes de atingir os alunos usando recursos didáticos. Reformular a forma de avaliar os alunos com deficiência, para isso a equipe da escola deve compartilhar a análise dos dados avaliativos, relativizando-os com os fatores que interferem na aprendizagem escolar e, se necessário, complementar as informações com a participação de outros profissionais.

A coordenação pedagógica da escola deve considerar a forma de aprendizagem do seu aluno e a particularidade de seu processo de apropriação do conhecimento, sem desconsiderar a importância e a absoluta necessidade de investir na aprendizagem de conteúdos

curriculares, além da formação do indivíduo como um todo. Nesse contexto, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), surge como um mecanismo imprescindível para o sucesso escolar do aluno com deficiência intelectual.

Sendo assim, o AEE segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, é um serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, para auxiliar os alunos com deficiências (intelectual, física, visual, surdez), transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

O AEE complementa e/ou suplementa a formação do aluno, visando a sua autonomia na escola e fora dela, constituindo oferta obrigatória pelos sistemas de ensino. É realizado, de preferência, nas escolas comuns, em um espaço físico denominado Sala de Recursos Multifuncionais. Portanto, é parte integrante do projeto político pedagógico da escola. O motivo principal de o AEE ser realizado na própria escola do aluno está na possibilidade de que suas necessidades educacionais específicas possam ser atendidas e discutidas no dia a dia escolar e com todos os que atuam no ensino regular e/ou na educação especial, aproximando esses alunos dos ambientes de formação comum a todos. Para os pais, quando o AEE ocorre nessas circunstâncias, propicia-lhes viver uma experiência inclusiva de desenvolvimento e de escolarização de seus filhos, sem ter de recorrer a atendimentos exteriores à escola (ROPOLI et al., 2010, p.17-18).

Hoje em dia as escolas disponibilizam este atendimento, complementando e/ou suplementando o trabalho desenvolvido pelo professor regente. Desse modo, a aprendizagem fica mais fácil quando administrada por esses profissionais. O Coordenador Pedagógico deve sempre acompanhar esse processo de relação sala de AEE e sala regular. Para tanto, o AEE é uma inovação que provoca rupturas no modelo conservador da escola dando suporte à aprendizagem do aluno, o que favorece não apenas a acessibilidade, mas a permanência com qualidade na escola comum.

A ousadia proposta reside na possibilidade de convidar os professores a romperem com concepções negativas sobre a aprendizagem das pessoas com deficiência investindo no potencial de aprendizagem delas. A interação dos alunos com seus pares na classe comum fazem deles agentes participativos o que contribui muito para a sua construção de conhecimento.

[...] o Atendimento Educacional Especializado não deve funcionar como uma análise interpretativa, própria das sessões psicanalíticas, e nem como uma intervenção psicopedagógica, tradicionalmente praticada. Esse Atendimento deve permitir ao aluno elaborar suas questões, suas ideias, de forma ativa e não corroborar para sua alienação diante de todo e qualquer saber [...] (GOMES et al., 2007, p.24).

Portanto, o AEE faz o papel de complementação para a formação do aluno visando o desenvolvimento da sua autonomia e sua independência na escola comum e fora dela, sempre supervisionado pela Coordenação Pedagógica.

## **2.2.A formação continuada de professores e o suporte do coordenador pedagógico na prática pedagógica inclusiva**

A base da Inclusão de alunos com deficiência intelectual está na crença de que a diversidade é parte da natureza humana, porém, é dever do gestor buscar formação para todos os profissionais da unidade e ao coordenador pedagógico a atuação e continuação do pensamento formador. Inclusão é, antes de tudo, uma questão de ética.

Para Mantoan (2006),

[...] as ações educativas inclusivas, nessa perspectiva ética, têm como eixo: o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla a sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula (MANTOAN, 2006, p. 4).

A formação sobre a inclusão não tem fórmula e direções prontas, não demonstra habilitação para atendimento de todos os

obstáculos e dificuldades possíveis em sala regular, mas é uma formação que trabalha o olhar do professor regente sobre o discente, que lhe garante o acesso ao conhecimento sobre as particularidades de cada aluno e que o ajuda a compreender as necessidades que esse possa acontecer, a entender que tipo de apoio e onde buscá-lo.

Na visão de Sasaki (1999) apud Cavalcanti e Lima (2009), a inclusão social deve contribuir para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos (espaços interno e externo, equipamentos, a pares e utensílios, mobiliários e meios de transporte) e na mentalidade de todas as pessoas, bem como da própria pessoa com deficiência. Diante desses pensamentos é visível o direcionamento para a formação continuada, na tentativa de suprir as necessidades dos professores para atuar com melhor qualidade na educação inclusiva.

Quando se trabalhar em ambientes que se favoreçam a aprendizagem de aprendizagem inclusiva é necessário que se trace metas de mudanças, tanto das concepções educativas que o docente carrega consigo, como também da sua atuação prática em sala de aula, para que atenda o desenvolvimento didático de todos os alunos sem que atrapalhe sua evolução. Assim, é preciso que o professor tenha

como objetivo principal à aprendizagem do aluno, observando sua trajetória e sua evolução no contexto pedagógico e social.

A educação inclusiva envolve toda a sociedade oferecendo para todas as mesmas oportunidades sem distinção. A convivência, o respeito, a quebra de barreiras, mudança de olhar pedagógico e iniciativas por parte do professor, são algumas das disposições fundamentais para a inclusão da criança com deficiência na escola regular. Sobre esse assunto Sasaki (1999) apud Cavalcanti e Lima (2009) enfatiza que “quanto mais sistemas comuns da sociedade adotem a inclusão, mais cedo se completará a construção de uma verdadeira sociedade para todos da sociedade inclusivista”. (p.42)

A partir de então entrou em discussão quais as habilidades e competências que os professores deveriam possuir para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. De acordo com a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1994, p. 1) os conhecimentos e aptidões requeridas em uma boa pedagogia podem ser considerados como a capacidade de avaliar as necessidades educativas, de adaptar os conteúdos dos programas de estudo, de recorrer à ajuda da tecnologia, de individualizar os procedimentos pedagógicos e trabalhar em conjunto com especialistas e pais. A atenção à diversidade deve se concretizar em medidas que leve em

conta não só as capacidades intelectuais e os conhecimentos dos alunos, mas também seus interesses e suas motivações.

O professor tem um papel fundamental na escola, tendo em vista que, as suas atitudes determinarão a qualidade da interação nas situações de ensino, cabe a ele também, decidir quais as expectativas de aprendizado do aluno com deficiência (se de integração ou inclusão), bem como, poderá influenciar a maneira como os demais alunos irão interagir com aquele colega. Assim para a prática da educação como um todo é necessário mudar o pensamento dos professores através de formação e mudança do pensamento dos professores para direcionar a aprendizagem ampla e para todos.

O docente tem como principal desafio, desenvolver estratégias centradas no aluno, sendo capaz de educar e incluí-lo integralmente, uma vez que a inclusão é universal. Os professores precisam se preparar para romper com paradigmas, barreiras e se sustentar em constantes mudanças educacionais progressivas criando escolas inclusivas e de qualidades.

Para Prioste, Raia e Machado (2006), o professor desempenha o papel de,

[...] promotor do ambiente de aprendizagem inclusiva.  
Será ele o profissional que poderá reger com maestria

toda a abordagem que prima pela qualidade do desenvolvimento humano, desde que esteja realmente sensibilizado para tais questões (PRIOSTE, RAICA E MACHADO, 2006, p.54).

Destaca-se o item que demonstra às evoluções da própria profissão, já que o ato de construir conhecimento requer aprendizagem contínua e é nessa perspectiva que vai se desenrolar a formação de docentes, sendo uma formação ligada aos modelos impostos pelo poder público, com políticas públicas incoerentes e fora da teoria e da prática. Isso faz aparecer certas indignações por grande parte dos docentes.

Diante disso, conforme aponta Cavalcanti e Lima (2009) a formação deve apresentar como sendo uma de suas vigas de sustentação o pressuposto de que a escola é um local onde todos têm capacidade de aprender e evoluir. Alguns de maneira mais peculiar e outros de modo mais amplo. A proposta de uma escola inclusiva tende a promover um sistema unificado de ensino que atenda à diversidade do ser humano. Por isso, é imprescindível que se reflita sobre a formação docente, devido à inclusão ser uma formação na qual o educador terá outra visão do seu público, tendo assim acesso às peculiaridades, entendendo e buscando o apoio necessário. Mantoan (2006) pede atenção para a junção dos sistemas de ensino com a

formação continuada dos professores. Ou seja, levar a mudança de direção dos professores disponibilizando estudo, pesquisa, referências, levando o conhecimento e atitudes que amplie o aprendizado todos os discentes assegurando a educação de qualidade.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este trabalho faz considerações sobre a contribuição que o Coordenador Pedagógico pode propiciar para um olhar inclusivo dos alunos com deficiência intelectual na sala de aula comum, tendo as mesmas contribuições para ampliação do desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual e interação com o professor regente, oferecendo suporte para novas propostas e atividades adaptadas com o objetivo de ampliar a aprendizagem desse aluno, bem como, a mudança de olhar do professor regente para as suas potencialidades.

No Atendimento Educacional Especializado para pessoas com deficiência intelectual o profissional tem que estar bem preparado para receber esse aluno, fazendo o seu diagnóstico e adequando as atividades a serem trabalhadas. Também tem o dever de mediar e socializar junto ao regente da sala de aula comum, as atividades

oferecidas, estudo de caso, relatórios que apontam a evolução da aprendizagem.

Os alunos com deficiência intelectual têm o direito de receber a atenção necessária para a efetivação do seu desenvolvimento a partir de um processo significativo de ensino e aprendizagem para que sejam otimizados os seus potenciais, bem como suas habilidades, o aspecto cognitivo, o respeito à sua dignidade e a valorização dos seus progressos e avanços por menores que sejam. Todos têm direito a educação como prevê a Constituição Federal Brasileira de 1988, e ainda, de serem respeitados como cidadãos. Existem muitas pessoas que são desfavoráveis à inclusão de alunos com deficiência intelectual nas salas de aula comum, todavia, a verdade é que há muitos mitos relacionados ao desempenho dos alunos com deficiência intelectual, o que provoca certo desconforto em aceitar a deficiência e dificulta o reconhecimento de que esses alunos, assim como quaisquer outros, são capazes de desenvolver suas potencialidades. Mesmo com dificuldades na construção do conhecimento os alunos com deficiência intelectual são capazes de aprender, no seu tempo e evoluir para atuar na sociedade. Devido à evolução pedagógica esse estigma tem mudado bastante e atualmente os alunos com deficiência

intelectual, cada vez mais, têm conquistado o direito de conviver e estudar em escolas regulares.

Independentemente de suas limitações, a pessoa com deficiência intelectual pode se beneficiar do conforto e da segurança afetiva e social na relação com seus pares. Principalmente para obter direções para seu crescimento profissional e atuar em campos de trabalhos diversos. Também se beneficia de programas adequados à modificabilidade cognitiva e o reconhecimento do seu potencial de aprendizagem. A estratégia de intervenção não pode ser neutra ou acrítica, deixando que os alunos com deficiência passem o tempo em experiências hedônicas, repetitivas e incoerentes.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, E. M. V. M; MORI, N. N. R. O atendimento educacional a pessoas com deficiência. *In*: AZEVEDO, M. L. N. (org). **Política educacional brasileira**. Maringá: EDUEM, 2005 (Formação de Professores EAD, nº 13) p. 115-127.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional [artigo sobre o ensino a distância]. **Decretos**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 2005.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Decretos**. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Ação Social. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Brasília: MEC/SEESP, 1989.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação inclusiva: v. 1: a fundamentação filosófica.** Brasília: MEC/SEESP, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Inclusão: Revista da Educação Especial.** vol.1, n.1, (Janeiro/Julho 2010) Brasília: MEC/SEESP, 2010.

BRITO, A.M.W. **Interações e relações entre genitores-criança surda:** um estudo de caso. Dissertação de mestrado não publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília: Ed UNB, 1997.

CAVALCANTE, T. C. F.; LIMA, H. S. de. **A formação continuada do professor para a educação inclusiva na rede municipal de Recife.** Universidade Federal de Pernambuco. Recife: Centro de Educação, 2009, 25 p.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica.** São Paulo: Makron Books, 1996.

DESSEN, M. A.; SILVA, N.L. P. **Análise da produção científica na área de deficiência mental e família.** Cadernos de Psicologia e Educação Paidéia. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto: Ed. USP, 2007.

GOMES, A. L. L. V. et al. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. Brasília: SEESP / MEC, 2007.

GOMES, A. L. L. V.; POULIN, J. R.; FIGUEIREDO, R.V. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: o atendimento educacional especializado para alunos com deficiência intelectual**. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2010.

JESUS, S. C. **Inclusão Escolar e a Educação Especial**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Set. 2005. Disponível em: <[www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf](http://www.ufjf.br/virtu/files/2010/04/artigo-2a8.pdf)>. Acesso em 12 dez. 2015.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MANTOAN, M. T. E. (org.). **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PETEAN, E.B.L. **Avaliação qualitativa dos aspectos psicológicos do aconselhamento genético através do estudo prospectivo do atendimento das famílias**. Tese de Doutorado, Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, Campinas: Ed. UNICAMP, 1995.

RAIMUNDO, H. F. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006. Disponível em: <<http://educaaic.blogspot.com/2006/10/como-fazer-anlise-documental.html>>. Acesso em 12 jan. 2016.

ROPOLI, E.A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Universidade Federal do Ceará, 2010.

SASSAKI, R. K. **Educação On-line**. Entrevista com Romeu KazumiSasaki realizada pela Secretaria de Educação Especial, do Ministério da Educação e do Desporto. Revista Integração. NI 20, Ano 8, pp. 8-10, 1998. Disponível em: <[http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=108:entrevista-com-romeu-kazumi-sasaki-realizada-pela-secretaria-de-educacao-especial-do-ministerio-da-educacao-e-do-desporto&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17](http://www.educacaoonline.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=108:entrevista-com-romeu-kazumi-sasaki-realizada-pela-secretaria-de-educacao-especial-do-ministerio-da-educacao-e-do-desporto&catid=6:educacao-inclusiva&Itemid=17)>. Acesso 15 dez. 2015.

WIKIPÉDIA. **Blog**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Blog>>. Acesso em 15 dez. 2015.